

REVISTA  
BRASILEIRA  
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

Volume 13

Número 1

Fevereiro/Março de 2019



**FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA**

ISSN 1981-1659

## Expediente

**Esta é uma publicação semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**

ISSN 1981-1659

**Rev. bras. segur. pública vol. 13 n.1 São Paulo fevereiro/março 2019**

### Comitê Editorial

Ludmila Ribeiro (Universidade Federal de Minas Gerais)  
Samira Bueno (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

### Conselho Editorial

Elizabeth R. Leeds (Centro para Estudos Internacionais (MIT) e Washington Office on Latin America (WOLA)/ Estados Unidos)  
Antônio Carlos Carballo (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro/ Brasil)  
Christopher Stone (Nova Iorque/Estados Unidos)  
Fiona Macaulay (University of Bradford – Bradford/ West Yorkshire/ Reino Unido)  
Luiz Henrique Proença Soares (Fundação SEADE – São Paulo/ São Paulo/ Brasil)  
Maria Stela Grossi Porto (Universidade de Brasília – Brasília/ Distrito Federal/ Brasil)  
Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro/ Brasil)  
Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo – São Paulo/ São Paulo/ Brasil)

### Assistentes Editoriais

David Marques  
Isabela Sobral

### Equipe RBSP

Samira Bueno, David Marques, Marina Pinheiro, Isabela Sobral, Dennis Pacheco e Eduardo Truglio

### Capa e produção editorial

Eduardo Truglio

### Endereço

Rua Amália de Noronha, 151, Cj. 405  
Pinheiros, São Paulo - SP - Brasil - 05410-010

### Telefone

(11) 3081-0925

### E-mail

revista@forumseguranca.org.br

### Apoio

Open Society Foundations e Ford Foundation.

## Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Elizabeth Leeds – Presidente de Honra  
Elisandro Lotin de Souza – Presidente do Conselho de Administração  
Renato Sérgio de Lima – Diretor Presidente  
Samira Bueno – Diretora Executiva

### Conselhos de Administração e Fiscal

Arthur Trindade Maranhão Costa  
Ascânio Rodrigues Correia Junior  
Cássio Thyone A. de Rosa  
Cristiane do Socorro Loureiro Lima  
Daniel Ricardo Cerqueira  
Isabel Figueiredo  
Jésus Trindade Barreto Jr.

Marlene Inês Spaniol  
Paula Ferreira Poncioni  
Thandara Santos  
Camila Caldeira Nunes Dias  
Edson Marcos Leal Soares Ramos  
Sérgio Roberto de Abreu



# "Segurança é um dever de todos": representações coletivas e novas redes de políticas de segurança pós-pacificação no Rio de Janeiro

**Clara Gomes Polycarpo**

*Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), mestra em Sociologia pela Universidade Federal Fluminense e formada em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente, é pesquisadora no Grupo CASA - estudos sociais sobre moradia e cidade, do IESP-UERJ, e no projeto de pesquisa Dicionário de Favelas Marielle Franco.*

**Data de recebimento:** 12/12/2018

**Data de aprovação:** 21/02/2019

**DOI:** 10.31060/rbsp.2019.v13.n1.1057

## Resumo

*Este artigo pretende abordar uma das preocupações mais latentes da sociedade carioca atual: a questão da violência urbana e o "problema da segurança pública". A noção de violência urbana, aqui, não diz respeito, porém, a eventos violentos isolados ou ao percentual de atos criminosos em determinadas camadas da sociedade e/ou regiões da cidade, mas sim à sua articulação com a ordem social, como referência de modelos de conduta construídos simbolicamente no convívio social cotidiano. No contexto atual de agenda da política de segurança pública, por exemplo, após uma década de atuação, a lógica do modelo de pacificação, implementado na cidade do Rio de Janeiro desde 2008, e todo o aparato de dispositivos, técnicas e discursos que o legitimou, passa a sofrer dismantelamentos, abrindo espaço para novos problemas de segurança e novos reordenamentos de políticas em disputa na cidade. Para tanto, analisa-se a organização das camadas médias da zona sul do Rio de Janeiro em relação às suas redes de programas, projetos e políticas de segurança no período atual, a partir do acompanhamento dos Conselhos Comunitários de Segurança, e as representações coletivas a respeito da violência urbana e das políticas de segurança em suas redes de mercado e interesses em um novo projeto de militarização (e securitização) da cidade.*

## Palavras -Chave

*Camadas médias; Políticas de segurança; Redes de mercado; Políticas públicas; Rio de Janeiro.*

## Abstract

### **"Security is a duty of all": collective representations and post-pacific security policies in Rio de Janeiro**

*This article intends to address one of the most latent concerns of current Rio society, and especially of public authorities: the question of urban violence and the problem of public security. The notion of urban violence here does not refer to isolated violent events or to the percentage of criminal acts in certain strata of society and/or city regions, but rather to their articulation with the social order itself, as a reference for models of conduct built symbolically in everyday social life. In the current context of the public security policy agenda, for example, after a decade of activity, the logic of the pacification model, implemented in the city of Rio de Janeiro since 2008, and the whole apparatus of devices, techniques and speeches that legitimized it, starts to suffer dismantling, opening up space for new security problems. To this end, I analyze the organization of the middle classes of the South Zone of Rio de Janeiro in relation to their networks of programs, projects and security policies in the current period, following the monitoring of the Community Safety Councils, and the current collective representations about urban violence and security policies in their market networks and interests in a city security project.*

## Keywords

*Middle classes; Security policies; Market networks; Public policies; Pacification.*

**"Segurança é um dever de todos": representações coletivas e novas redes de políticas de segurança pós-pacificação no Rio de Janeiro**

*Clara Gomes Polycarpo*

Artigos

## Considerações Iniciais

Nas últimas décadas, a vida urbana na cidade do Rio de Janeiro transformou-se intensamente diante da sua inclusão no *ranking* de grandes eventos internacionais, o que acabou por fortalecer a agenda da segurança pública no que vem a ser o problema da *violência urbana*. O crescimento da *violência urbana*, neste contexto, passa a ser a gramática que articula um conjunto de práticas sociais e estrutura um novo padrão de sociabilidade (MACHADO DA SILVA, 2004, 2010). Com uma década de atuação, por exemplo, o modelo de *pacificação*, que tem como eixo central as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), passa a sofrer dismantelamentos, abrindo espaço para novos problemas de segurança. A partir da atualização de disputas e conflitos na forma de se fazerem políticas na cidade, este artigo<sup>1</sup> tem como foco analisar as novas ações direcionadas a uma determinada concepção de segurança promovidas pelas camadas médias de um bairro da zona sul carioca. Trata-se de um estudo de caso que acompanhou os Conselhos Comunitários de Segurança de Copacabana e Leme e a participação de mo-

radadores no incentivo a projetos privados ou em parceria com as redes de mercado, como os projetos *Segurança Presente e Rio Seguro e Vigilante*. Estes trazem um outro caráter à militarização (e à securitização) da cidade, conforme análise dos diversos imbricamentos responsáveis por implementar políticas nesta nova agenda.

Portanto, para além dos estudos sobre as favelas e as representações de seus moradores sobre as atuais políticas públicas sociais e de segurança, a inserção e análise do imaginário das camadas médias (e altas) da zona sul da cidade do Rio de Janeiro se tornaram ponto de partida para a compreensão dos processos atuais de proposição de políticas e de “integração” (ou renovações de segregação) social e urbana na cidade, tendo em vista as relações históricas de violência e criminalidade em um território confrontado pelos contrastes entre os índices econômicos e de desenvolvimento. Afinal, após uma década de implementação de uma política de segurança pública que se propunha integradora, quais as representações sociais e coletivas das camadas médias dos bairros da zona

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de pesquisa realizada com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

sul em relação às recentes políticas de segurança pública? Tais representações são capazes de atualizar a figura de um *inimigo urbano* contemporâneo (GRAHAM, 2010)? Ou mais, a implementação destas políticas alterou as relações sociais estabelecidas entre camadas médias e pobres nos lugares pesquisados? E, atualmente, com a crise da política de segurança, como se produz (ou não) uma demanda por maior controle social e segurança a partir de uma camada da sociedade que, supostamente, se sente “ameaçada” em sua sensação de segurança?

Neste novo contexto de disputa pela cidade, as representações coletivas das camadas médias sobre o potencial inimigo urbano de quem devem se defender são ampliadas e atualizadas, dada a expansão do espaço de atuação e o reconhecimento dos interesses específicos dessas camadas por meio da abertura de outros canais, como os *think thanks*<sup>2</sup>, modelos de planejamento de políticas em parceria com o empresariado já adotados desde a *pacificação* (FERREIRA, 2011 apud FLEURY, 2012). Em contraste, quando há ampliação da participação das camadas médias nos debates não apenas públicos, mas também na agência de decisões privadas sobre os programas públicos ou na proposição de programas privados para atender a questões públicas, a lógica que permeia essa participação é a do interesse *close to home* (ELIASOPH, 1997), ou seja, negar os problemas como problemas sociais para focar apenas no que atinge pessoalmente a cada um de seus propositores. Agora, com

o incentivo e as bases de financiamento de políticas e projetos partindo com total abertura dos setores da sociedade civil e do empresariado – como os exemplos do programa *Segurança Presente e Rio Seguro e Vigilante* que aqui serão apresentados e debatidos –, as denúncias e as demandas baseadas em estereótipos e segregação podem ser apresentadas com maior naturalidade na pauta de seus programas, já que são eles próprios os responsáveis pela implementação de propostas que vão, conseqüentemente, favorecê-los.

Este artigo considera os diferentes conceitos e representações para dar conta da complexidade de tais relações. Tendo como pressuposto teórico a nova racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2014), como vem sendo acompanhada em diversos estudos sobre as cidades do Norte ao Sul globais como atualização de programas de governo, as políticas públicas de segurança militarizada implementadas na cidade do Rio de Janeiro podem, assim, ser observadas como parte dos dispositivos do *novo urbanismo militar* (GRAHAM, 2010) em experimentação nas megacidades dos países em desenvolvimento. A relação entre a segregação urbana, a desigualdade social e a dominação, que vem a ser apresentada também por vias da militarização, pode ser interpretada como este novo projeto de cidade global muito bem analisado por Stephen Graham (2010). Leva-se em consideração, portanto, o controle e a coerção sociais, que, neste caso, são realizados tanto pelo estado, através do exército<sup>3</sup>, como pelos governos estaduais e

<sup>2</sup> Como o Instituto Liberal ou, mais recentemente, o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, o Instituto Millenium e a Casa das Garças – Instituto de Estudos de Política Econômica, por exemplo.

<sup>3</sup> Como estratégia de intervenção no Rio de Janeiro, nas favelas do Complexo da Maré, por exemplo, o governo federal vem utilizando

municipais – implementadores da política de segurança pública em questão. Além disso, observam-se as estratégias, técnicas e dispositivos das redes de mercado, que, a partir da nova racionalidade governamental, propõem políticas integradas e noções de “integração” por uma via aquém da cidadania, juntamente com seus resultados na mudança (ou não) da sociabilidade na cidade. E, como chave de análise mais importante, consideram-se as representações sobre tais políticas de determinada camada social residente em áreas do entorno de duas favelas *pacificadas* em 2009, Chapéu Mangueira e Babilônia, no bairro do Leme, com extensão a Copacabana, na zona sul da cidade. Busca-se refletir, dessa maneira, sobre as articulações políticas e os atores que operacionalizam demandas de segurança dentro do próprio território.

Ao considerar este novo modelo de relação, organização e participação das camadas médias, como sociedade civil organizada, aprofundando suas demandas de políticas aos poderes públicos, a análise da sua atuação por esses meios é um ponto importante para compreensão de suas representações coletivas sobre violência urbana e políticas de segurança pública, principalmente em contexto *pós-pacificação*. Para tanto, foi realizado acompanhamento de participação por meio dos Conselhos Comunitários de Segurança Copacabana-Leme, que se reúnem na terceira terça-feira do mês, no 19º Batalhão da Polícia Militar, com representantes ofi-

ciais e da sociedade civil, a fim de atualizar a situação dos bairros diante da sensação de segurança e comunicação com as polícias, bem como propor novos rumos para a organização cotidiana e a ordem urbana.

A organização da sociedade civil se mostra um desafio, mesmo quando é um dos maiores anseios da população – principalmente quando o tema é a sensação de segurança. Nina Eliasoph (1997) analisou muito bem este aspecto da sociabilidade, no caso, norte-americana, ao se organizar para tratar de seus problemas mais próximos, ou melhor, como ela categoriza, *close to home*, em contraposição a uma perspectiva mais abrangente sobre origem e solução destes problemas. Há, constantemente, um processo de *evitação da política*, seja por meio da sociedade civil seja de representantes já organizados (como associações, organizações não governamentais e afins), dado que, para que haja qualquer tipo de participação efetiva, o cidadão sente a necessidade de ser pessoalmente afetado por tal “problema”. Da mesma forma, até que este cidadão possa se mobilizar para buscar a solução deste problema, de forma pessoal ou organizada, ele também precisa reconhecer que, primeiramente, a sua ação será, de alguma forma, efetiva – senão, mesmo que haja consciência e insatisfação, a sua mobilização passa a ser considerada insignificante. Ou seja, a dificuldade de observar os problemas como problemas sociais, bem como a falta de incentivo e crença na organização e na ação

---

as Forças Armadas para atuar na segurança pública desde 2013. Um novo episódio desta parceria entre os governos federal, estadual e municipal está em implementação desde fevereiro de 2018, a partir de novo decreto de atuação do Exército como interventor da segurança pública do Estado em todo o território da cidade do Rio de Janeiro, para comprometimento da ordem pública. Cf. Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9288.htm)>. Acesso em: 12 dez. 2018.

política em seu conjunto, prejudica ainda mais a resolução de questões que poderiam ser mais bem compreendidas se fossem colocadas adequadamente no debate público.

Para apresentação desta discussão, este artigo se organiza em duas seções. A primeira apresenta e articula os dados e os discursos colhidos em campo durante o acompanhamento dos Conselhos Comunitários de Segurança de Copacabana-Leme com o objetivo de trazer reflexões sobre as novas formas de organização e mobilização de determinada camada social diante da questão da *violência urbana* em período *pós-pacificação*. Também se objetiva refletir sobre as representações coletivas que são capazes ou não de atualizar a figura do *inimigo urbano* contemporâneo na configuração de novos arranjos e redes de interesses de política e de mercado. A segunda seção foca em discutir as possíveis consequências e articulações, para os bairros de Copacabana e Leme, da (re)configuração destas redes e da promoção de novos programas de segurança pública em disputa pela cidade, como os exemplos do programa *Segurança Presente* e do projeto *Rio Mais Seguro*. As considerações finais trazem o debate sobre uma nova agenda de política de segurança pública para a cidade do Rio de Janeiro, em meio às tensões e aos conflitos de interesses públicos e priva-

dos na gestão da segurança e da sensação de segurança.

### O pós-pacificação<sup>4</sup> e o papel da sociedade civil organizada

A política de *pacificação* e seu aparato de dispositivos militarizados implementados há uma década no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente, em áreas estratégicas da cidade do Rio de Janeiro, pode ser compreendida como mais um exemplo de articulação entre os interesses de uma racionalidade neoliberal (ROSE; MILLER, 2012; DARDOT; LAVAL, 2014; POLYCARPO, 2018), visto que, ao fracassar em sua vertente social, propôs-se a “integrar” apenas por uma via, a de mercado (FLEURY, 2012). A militarização do social, instaurada desde as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e seu novo modelo de gestão integrada, tinha/tem como foco a identificação de um inimigo em determinado território da cidade, para, assim, ser capaz de delimitá-lo, contê-lo e civilizá-lo através do *novo urbanismo militar* (GRAHAM, 2010) e suas redes de captação de mercado. É o que se observa pelas diversas parcerias com a sociedade civil e o terceiro setor, responsáveis, neste caso, pelo financiamento e implementação das políticas de segurança e também pelo incentivo em relação a projetos de empreendedorismo e capacitação dos jovens das favelas para o mercado de subempregos da cidade<sup>5</sup>. Este projeto político de

<sup>4</sup> Aqui, como alusão à gramática das políticas de segurança, toma-se o marcador “pós-pacificação” para datar o período subsequente a 2015, quando novas políticas e novos programas de segurança passam a disputar as políticas públicas em conjunto com representações e narrativas sobre o possível fracasso da política de pacificação pautada nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) das favelas, inclusive com a extinção de algumas dessas unidades. Cf. UPP COMPLETA 10 anos com 60 policiais militares mortos em comunidades ‘pacificadas’. *O Globo*, 11 dez. 2018.

<sup>5</sup> Cf. SENAI abre inscrições para cursos destinados a moradores de comunidades, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://www.upprj.com/index.php/acontece/acontece-selecionado/senai-abre-inscricoes-para-cursos-destinados-a-moradores-de-comunidades/CPP>. Acesso

*pacificação*, pautado em governos e financiamentos instáveis<sup>6</sup>, mostrou-se frágil e os seus resultados não foram bem avaliados em termos estatísticos de criminalidade<sup>7</sup>, e a realidade dos ilegalismos ainda se faz presente em grande parte das favelas pacificadas na última década<sup>8,9,10</sup>. O desmantelamento deste projeto, portanto, abre novas possibilidades de remodelamento dos dispositivos e tecnologias para lidar com o “problema da segurança pública”, que está, mais uma vez, em disputa na cidade. Neste caso, através de um novo modelo de militarização – agora, de um outro território estratégico, o próprio asfalto.

Os *inimigos urbanos*, então territorializados nas favelas e inseridos na lógica de “civildade” a partir da *pacificação*, permaneceram como vítimas não só da cidade formal, mas também das políticas que viariam a atendê-los sob a égide do controle da *violência urbana*, reforçando cada vez mais a segregação socioespacial que já é marca na cidade. Quando os enclaves assim formados não são capazes de garantir a sensação de segurança demandada por parte da população que vive na cidade e a utiliza, ou seja, as camadas médias urbanas, responsáveis por propor e avaliar políticas dadas as suas relações de poder, o anseio por militarização e suas ações direcionadas

podem ganhar outras tonalidades, ainda mais abrangentes.

Desta forma, analisam-se as camadas médias urbanas, como sociedade civil organizada, na disputa de interesses e de debate sobre a cidade após as narrativas de fracasso da política pública de segurança centrada nas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Para tanto, acompanharam-se oito encontros dos Conselhos Comunitários de Segurança Copacabana-Leme e um encontro do Fórum de Segurança, representado pela liderança da Associação de Moradores do Leblon, também na zona sul da cidade. O acompanhamento dos Conselhos Comunitários de Segurança dos bairros do Leme e Copacabana permitiu reconhecer padrões de legitimação e repercussão das políticas públicas que desencadearam reordenamentos urbanos e a militarização dos territórios e do social na última década, como parcela da população que, supostamente, se sente ameaçada pela *violência urbana* e, principalmente, se mobiliza em um atual processo de *privatização* da segurança proposto por novas políticas e parcerias privadas.

A *classe média* urbana, sua categoria e sua construção substantiva são profundamente politizadas no debate brasileiro e

em: 12 dez. 2018.

6 Cf. O FIM das UPPs? *O Globo*, 16 fev. 2016 [online]. Acesso em: 12 dez. 2018.

7 Para uma análise mais abrangente a respeito do programa de pacificação e da militarização no Rio de Janeiro em suas consequências para as favelas e os favelados: Cf. LEITE, Márcia; ROCHA, Lí; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique (Orgs.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

8 Cf. FALTA de Financiamento e Aumento da Violência Elevam a Crise nas UPPs, *Rioonwatch*, 3 maio 2016 [online]. Acesso em: 12 dez. 2018.

9 Cf. COM CRISE em UPPs, crime cresce na capital, *O Globo*, 2 jun. 2017 [online]. Acesso em: 12/12/ dez. 2018.

10 Cf. SECRETÁRIO de Segurança diz que denominar UPP como pacificadora foi equívoco: 'Sonho', *O Globo*, 06 jul. 2017 [online]. Acesso em: 12 dez. 2018.

global, sendo, inclusive, constantemente atualizada e reivindicada pelo seu papel político. Nos últimos anos, porém, a sua participação, sob o conceito de “sociedade civil organizada”, toma outros repertórios de atuação, não essencialmente pautados em uma organização política de movimentos sociais, mas em diferentes frentes de organização que disputam seus interesses pela via privada. Na atualização deste contexto de violência e sensação de insegurança, portanto, a sociedade civil organizada em parte das esferas da estrutura social passa a ter uma participação efetiva e, de fato, reconhecida na construção de políticas e saberes em disputa e, principalmente, na atualização deste *inimigo urbano* contemporâneo.

Com o estímulo à organização de Conselhos Comunitários de Segurança, por exemplo, tem havido uma busca cada vez maior por um outro tipo de participação da sociedade civil na discussão sobre segurança local e suas esferas, o que faz com que a iniciativa privada também tome espaço na implementação e gestão das políticas de segurança em seus diversos âmbitos, em ação direta e/ou em parcerias público-privadas. Por este histórico e parcerias, algumas iniciativas foram implementadas nos últimos anos no âmbito da segurança pública, desde o caso do Rio de Janeiro e sua política de *pacificação*, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implementadas desde 2008 em parcerias do estado do Rio de Janeiro com a iniciativa privada. Atualmente, novas parcerias e novos modelos de segurança têm se organizado, como as Operações *Segurança Presente*, instrumentalizadas desde 2015, com o apoio do estado, da prefeitura e do empresariado, e o projeto *Rio Mais Seguro*,

implementado a partir do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, lançado no governo de 2017.

É necessário analisar o contexto de implementação e operacionalização de políticas em andamento, bem como o que pode vir a circundar as representações destas camadas sobre políticas públicas em geral para compreender tal atuação e este novo momento de construção e implementação de políticas de segurança pública e seus dispositivos e programas de ação militarizada. Merecem atenção, igualmente, os novos financiamentos e ações direcionadas a uma determinada concepção de segurança, com o protagonismo das camadas médias organizadas da sociedade civil, considerando, de forma mais abrangente, a crise de representação pela qual a cidade do Rio de Janeiro vem passando desde as eleições para a presidência, em 2014, os reordenamentos políticos após o *impeachment* de 2016 e as eleições de 2018, que atingem os planos de políticas nacional e local.

Através da operacionalização de novas políticas públicas em parceria com o empresariado, o terceiro setor e a sociedade civil organizada, em um modelo de gestão integrada, as camadas médias – neste pluralismo identitário – são peça fundamental para o novo projeto de cidade em disputa. Portanto, novas formas de organização e participação ativa destes setores da sociedade têm sido incentivadas, tornando-se responsáveis pelo reordenamento entre o estado e o mercado na forma de fazer políticas, principalmente no momento *pós-pacificação*. É o que se verifica nos Conselhos Comunitários de Segurança de Copacabana e Leme, com a operacionalização de

suas demandas e a construção de suas redes de política em parceria com diversos setores públicos e privados.

### Os Conselhos Comunitários de Segurança

A partir da Resolução SSP nº 263, de 26 de julho 1999, implementada pela Secretária de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, novas premissas passam a nortear as ações do governo estadual nessa área, muito em razão de uma preocupação da esfera pública com a avaliação de resultados. A ideia central do novo modelo de gestão passa a ser, então, a Área Integrada de Segurança Pública (AISP), e esta busca compatibilizar geograficamente as áreas de atuação das forças policiais, permitindo assim delimitar mais claramente as responsabilidades e o desempenho dos gestores da segurança pública em cada área. Cada AISP corresponde à área de um batalhão de polícia militar e uma ou mais delegacias distritais. Esta resolução que cria a AISP também cria os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS). A representação que a sociedade civil tem de segurança pública vem, muitas vezes, ultrapassando os limites de atuação das instituições policiais, sendo comum, em reuniões de Conselhos Comunitários de Segurança, demandas por melhoria de saneamento básico, da ocupação ordenada do espaço público, do cumprimento das posturas municipais, da prestação de serviços públicos de boa qualidade na saúde, na educação, na cultura, no esporte e no lazer da população, entre outros temas.

O trabalho desenvolvido pelos Conselhos Comunitários de Segurança pode ser percebido e reconhecido por meio da adesão de novos membros efetivos, por exemplo representações de associações de

bairro, de clubes de serviço, de sindicatos, do comércio, da indústria, de bancos, de estabelecimentos de ensino, entre outras entidades públicas e privadas, além dos cidadãos que residem, trabalham ou estudam na localidade. Atualmente, diante do incentivo a novos modelos de organização social e participação política por meio de diversos interesses públicos e suas parcerias, os Conselhos Comunitários de Segurança, como a abertura de um canal direto da sociedade civil com as diferentes polícias e órgãos públicos, por exemplo, pode ampliar o papel da sociedade na implementação e avaliação de políticas na área de segurança pública, passando a ser de grande importância para as camadas mais politizadas da população.

No caso dos bairros do Leme e Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, localizados na 19ª AISP, o Conselho Comunitário de Segurança se reúne todas as terças-feiras do mês no auditório do 19º Batalhão da Polícia Militar, em Copacabana, com representantes das polícias e delegacias, superintendentes da 5ª Região Administrativa, representantes do corpo de bombeiros e da guarda militar, secretários de ordem pública e da secretaria de assistência social, bem como representantes da sociedade civil em seus mais variados setores, como as associações de moradores dos bairros e as associações de comerciantes e hoteleiros. O importante a ser ressaltado neste aspecto de organização é que os bairros de Copacabana e Leme, integrados em uma mesma área de segurança pública, não consideram as favelas ali também localizadas, como, Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, e Chapéu Mangueira e Babilônia, no Leme, como representação atuante nos Conse-

lhos Comunitários de Segurança, visto que haveria, separadamente, um encontro realizado por cada administração de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) em cada favela pacificada.

A partir destes canais de diálogo abertos com os órgãos públicos – como as polícias e as secretarias municipais e estaduais –, a sociedade civil organizada do Leme e de Copacabana pode ser mais bem acompanhada. Nesta observação, é possível compreender e analisar as atualizações das representações coletivas, por denúncias e demandas, bem como avaliar as instituições envolvidas e seus papéis, a fim de entender melhor os interesses que circundam as políticas de segurança para esta área da zona sul da cidade. Nestes Conselhos, por conseguinte, é possível observar o perfil dos cidadãos envolvidos em tal debate, além de seu posicionamento político diante de algumas questões pontuais ou tangenciais para além da área de segurança pública, especificamente. É também nas arenas e no debate público que a política, de fato, se faz, e os interesses são colhidos, a partir dos papéis ali representados e da situação assim delimitada.

Aqui, mais uma vez, a hierarquização social é demonstrada por meio dos papéis de representação colocados em debate: como membros ou participantes ativos dos Conselhos Comunitários de Segurança estão os representantes das camadas médias dos bairros do Leme e de Copacabana, que, por meio de capital político, social e cultural, sentem-se contemplados por tal organização a ponto de se pronunciarem conclamando demandas. As camadas médias, portanto, da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, mesmo que clas-

sificadas de forma heterogênea, são identificadas e reconhecidas quando em disputa pela estabilidade de seus interesses – como a necessidade de permanecer em conforto e sensação de segurança diante da onda de violência urbana que, supostamente, assola o bairro. Neste aspecto, está mais que clara a necessidade de participação, pois os problemas são assim sentidos de forma particular e emocional, justamente por estarem tão *close to home* (ELIASOPH, 1997).

Reunidos uma vez a cada mês, os Conselhos Comunitários possuem uma formalidade de organização característica dos órgãos públicos burocratizados: encontros após o horário comercial (buscando maior atendimento e participação da população); dentro de instituições ou órgãos públicos – neste caso, um órgão repressivo, o 19º Batalhão da Polícia Militar –; uma mesa composta por representantes destas instituições e órgãos públicos, como coronéis e comandantes da polícia militar, delegados da polícia civil, inspetores da guarda municipal, coronéis do corpo de bombeiros, superintendentes da região administrativa, secretários e subsecretários das seções de ordem pública e ambiental e da Secretaria de Assistência Social, comandantes das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) das proximidades e convidados. As presenças variam conforme as agendas e o quórum é de, em média, 30 representantes das associações de moradores e da sociedade civil, residentes do Leme ou de Copacabana – um foco, mais uma vez, para nenhum representante das favelas do entorno –, com participação que também varia de acordo com a agenda e com o tema em questão. Ritualisticamente, a mesa, na pessoa do seu presidente, faz

a abertura do Conselho, apresentando a agenda de atividades já realizadas ou ainda por vir, os representantes presentes e a pauta do dia para, em seguida, a reunião ser aberta para inscrição e direcionamento de demandas, que passam por questões de ordem pública, dúvidas a respeito da atribuição dos órgãos públicos no atendimento a essas demandas, a interesses pessoais e privados, como problemas com barulho de bares próximos à residência ou insatisfações com os serviços públicos prestados.

### As representações coletivas sobre as políticas de segurança a partir da Zona Sul da cidade

Para além da institucionalização dos Conselhos Comunitários de Segurança, a descrença na organização da sociedade para a implementação de mudanças sociais é algo constante, principalmente em contexto de crise de representação política. Porém, segundo ex-presidente da Associação de Moradores do Leme, é a única esperança para que seja dado um “voto de confiança”. É a partir deste ponto que é garantida, por alguns, a importância das reuniões dos Fóruns de Segurança e dos Conselhos Comunitários de Segurança, através da comunicação e das parcerias com o estado e a prefeitura, com suas secretarias e órgãos de ordem pública. Para o entrevistado, em razão da insuficiência administrativa e orçamentária do estado e do município, por exemplo, apenas parcerias com a sociedade civil organizada e com a iniciativa privada, como projeto coordenado, poderiam trazer efetividade ao debate das políticas públicas de segurança – visto que houve, segundo ele, uma explosão de violência nos bairros nos últimos meses:

No município não tá sobrando dinheiro, mas de forma inteligente, dá. Disponibilizando ao estado colocar scanner pra barrar armas, tráficos, nunca se foca a área do sistema de segurança, mas tá sendo produtivo, essas parcerias (sic). O estado hoje em dia virou galinha morta, o governador tinha que pedir a renúncia [...]. Com exceção de alguns deputados que são de uma linha mais branda, mais branca, mais honesta, menos corrupta. E pra implementar esses projetos seria tudo através de PPP [parcerias público-privadas] [...]. De repente, tem um grupo hoteleiro, rede Windsor, os gringos estão comprando, e pra eles é interessante criar um projeto, isso é cadeia produtiva. (Ex-presidente da Associação de Moradores do Leme, entrevista em 12 de maio de 2017).

Neste caso, a racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2014) e seus programas de governo, mediados por tecnologias, dispositivos de segurança e aparatos estatais e não estatais no campo de forças – como também aponta Graham (2010) ao analisar a extensão do *novo urbanismo militar* –, são capazes de se aproveitar e se reinventar a cada falha na representação política, agregando cada vez mais forças às redes de mercado em sua influência nas ações públicas. Desta forma, o incentivo a uma organização e participação cidadã não se dá pela crença nas ações dos movimentos sociais, mas, neste caso, pela falta de apoio governamental para avaliação e solução de demandas sociais, fazendo com que a própria sociedade civil, em suas parcerias e redes de interesses em mobilização com esferas pública e privada, passe a gerenciar os problemas de ordem pública a partir de seus interesses – e, então, do que está mais *close to home* (ELIASOPH, 1997).

Nos nove encontros acompanhados<sup>11</sup>, durante a pesquisa de campo, o lema de cada um dos encontros, de muitas falas dos moradores e do então presidente do Conselho e da Associação de Amigos de Copacabana é: “Segurança é um dever de todos”. Em outra ocasião, tal representação é reafirmada pelo ex-presidente da Associação de Moradores do Leme, durante entrevista, quando destaca:

O artigo 5º da Constituição na área de segurança: é um dever do Estado e uma atribuição de todo cidadão. Todos nós temos a obrigação e a responsabilidade de participar, porque a segurança é um contexto todo, não é só a polícia que tem obrigação, a obrigação é no todo. (Ex-presidente da Associação de Moradores do Leme, entrevista em 12 de maio de 2017).

Tal lema ainda vem acompanhado frequentemente da descrença e descrédito no estado e em representantes políticos. Um morador de Copacabana, em uma reunião do Conselho, acrescentou que “sem segurança ninguém sai de casa, segurança é mais importante que hospital e escola”. Ele comentou ainda que, naquele momento, “a segurança não é o principal problema do bairro. O problema é o desordenamento urbano e a situação de rua” – o que, neste caso, não constituía uma contradição, visto que, para estes moradores, tal cenário era responsável pela constante sensação de insegurança nos bairros em questão.

A maioria das denúncias e demandas circundava, de fato, temas de ordem pú-

blica, que podem ser assim listados, por uma ordem subjetiva de prioridade dentre os debates nos Conselhos acompanhados: a) a população em situação de rua; b) o comércio ambulante; c) as favelas; d) a presença de moradores de outras regiões da cidade – como o ponto de ônibus 474, com moradores que vêm do Jacaré. Em meio a tantas demandas de ordem pública – que, segundo o presidente do Conselho, reverberavam na segurança pública, sobrecarregando os policiais militares com problemas que poderiam ser atendidos de outra maneira –, estava também a reclamação, por parte dos moradores de Copacabana e Leme, do papel da guarda municipal no atendimento à população.

A respeito da população em situação de rua, por exemplo, havia uma crítica à política de acolhimento realizada pela prefeitura, sob o pretexto de que não devia haver compulsoriedade, mas, segundo manifestação de moradora em uma das reuniões, “que interpretação da lei assegura a ele o direito de permanecer na rua naquelas condições?”. O presidente do Conselho recomendou, então, que os moradores do bairro não incentivassem a permanência destas pessoas dando a elas alimentos, dinheiro ou cobertores, pois, assim, elas seriam obrigadas a sair das ruas. Para um morador (e representante do projeto Arpoador Seguro), “morador de rua já deixou de ser ordem pública e passou a ser segurança pública, não temos que ter pena de ninguém”, enquanto para outro ficava o questionamento “será que não tem uma casa no morro pra colocar o pessoal de

<sup>11</sup> Como parte do escopo de recorte para este artigo, os dados coletados nas reuniões do Conselho Comunitário de Segurança de Copacabana-Leme são articulados como descrição de narrativas expressas e reprodução/transcrição de falas originais para melhor elucidação dos diálogos e debates observados no campo, ao longo de 2017 e início de 2018.

rua?". Dessa forma, a questão não era solucionar o problema como problema social, mas apenas tirá-lo da porta de sua casa. E a situação se agravou quando passaram a atribuir a condição de usuário de drogas às pessoas em situação de rua, visto que, para muitos moradores, "Copacabana está virando a nova 'crackolândia'", com adultos e crianças em situações deploráveis de vício, "fazendo sexo na rua, enquanto eu preciso dormir" (*sic*), segundo relatos coletados nas reuniões. Para o presidente do Conselho, sob a "égide de excluídos socialmente, estão criminosos foragidos da justiça".

Agravando as insatisfações, havia a reclamação também de que, no início do mandato de Marcelo Crivella teria ocorrido uma audiência com os ambulantes e trabalhadores informais e que, até aquele momento, os moradores de Copacabana não teriam conseguido apresentar suas demandas e propostas. Havia, portanto, uma insatisfação destes moradores em relação à contraposição de atendimento entre "aqueles que têm algo a perder" *versus* "aqueles que não têm nada a perder", reforçando, neste caso, o conflito de classes. Como forma de mobilização, alguns moradores, têm confiado na cobertura da mídia, visto a popularidade do bairro, e passaram a frequentar e exigir reuniões e audiências para levantar suas demandas, ao mesmo tempo que buscam – ao menos nas falas de algumas reuniões dos Conselhos – se organizar como manifestação de rua ("pacífica") para denunciar o descaso do governo em relação ao bairro. Reivin-

dicam, assim, a retirada dos ambulantes e dos "moradores de rua", pois "estão capturando o símbolo do Rio", tendo o bairro como cartão-postal, e é necessário "nos manifestar dentro da ordem mas causar incômodo, interromper trânsito e afins" contra o que eles próprios definem como "milícias urbanas" já instaladas.

Além disso, o planejamento urbano retoma a favela enquanto "problema" quando reclama de seu crescimento e denuncia que "há mansões na favela" ou então que "vans estão ocupando a vaga de moradores do bairro" (como se a favela, portanto, não fosse bairro). A favela é reforçada como indesejável pelos moradores de seu entorno nas alusões aos tiroteios – como em um momento em que uma moradora levou para a reunião o projétil que atingiu seu prédio, sob o discurso de que "só a UPP não tá conseguindo segurar, que o BOPE se faça presente" (*sic*) – e nas reclamações sobre os bailes funks<sup>12</sup> e o crescimento imobiliário desordenado. Segundo o presidente do Conselho Comunitário de Segurança, "vai ter confronto, abrir incisão, ter trauma lá em cima, não pode é deixar do jeito que está", em uma referência às favelas e à necessidade de atuação da Polícia.

A Zona Sul da cidade, pelas suas praias e áreas de lazer, tem sido, desde muito, área de encontro dos diversos moradores da cidade do Rio de Janeiro, graças à facilidade de mobilidade e acesso à cidade e suas atrações. Porém, pelo perfil dos seus moradores e os privilégios que estes bairros possuem em relação ao restante da cidade,

<sup>12</sup> Para além do "barulho" dos bailes funks das favelas, uma demanda bastante levantada pelos moradores do Leme é a situação dos quiosques e dos bares, pois, segundo a atual Presidente da AMA Leme, Déa Maria, teria chegado à Câmara de Vereadores o pedido de proibição de músicas na orla.

em distinção, justamente esta mobilidade vem sendo cerceada. É o que acontece, por exemplo, com a mudança dos pontos de ônibus oriundos das Zonas Norte e Oeste, que, de forma recorrente, limitam o acesso às praias e aos shoppings da Zona Sul, o que, mais uma vez, tornou-se pauta nos Conselhos Comunitários de Segurança. “É a ‘linha do terror’. Não vou generalizar, mas todo mundo sabe que é frequentada por delinquentes que vêm para cá cometer roubos e furtos”, diz o então presidente da Associação de Amigos de Copacabana e do Conselho Comunitário de Segurança, em entrevista ao jornal **O Globo**, em 2016<sup>13</sup>. Em reunião do Conselho em 2017, o mesmo presidente queixou-se de que naquelas regiões “tem metrô ainda” – mais uma vez questionando, possivelmente, a atualização das representações sobre o atual *inimigo urbano* neste território, sendo aquele que deve ficar recluso e distante dos acessos. Como dizem os moradores, o “problema é a saída da praia aos finais de semana, dos marginais”.

Através destes discursos e narrativas recortados dos encontros dos Conselhos Comunitários de Segurança de Copacabana-Leme, as representações sobre segregação socioespacial e as categorizações sobre os inimigos urbanos contemporâneos são atualizadas como demandas de operacionalização de políticas públicas – visto que manifestadas em um ambiente institucional de organização do setor público em ouvidoria da sociedade civil. A imagem, portanto, do conflito urbano é recolocada ao apontar as políticas de interesse dos ter-

ritórios em questão em um panorama de cada vez mais segregação – e militarização.

### **O pós-pacificação e os novos programas e atores na disputa pela segurança pública**

Como apresentado anteriormente, parece ser, de fato, a representação sobre a atualização de um *inimigo urbano* que busca ser compreendida diante do interesse de parte da sociedade que anseia por uma maior sensação de segurança e, assim, direciona, de forma repressiva, as políticas de segurança a determinados (e territorializados) atores. Para tanto, nesta análise de direcionamentos e demandas, as camadas médias urbanas são o objeto. Foi possível perceber que, mesmo que, em grande parte, apoiadoras das políticas de segurança implementadas pelo governo do estado, à época, as camadas médias do bairro do Leme e de Copacabana se mostraram um tanto descrentes sobre as reais influências das Unidades de Polícia Pacificadora na organização do bairro, não reconhecendo a atuação desta política como a principal responsável pela garantia de sua sensação de segurança. Ora, uma política de segurança centrada apenas na polícia e na militarização de territórios e populações – visto o fracasso de seus programas sociais – não abrange os aspectos sociais que seriam responsáveis por uma melhor qualidade de vida vinculada a uma maior sensação de segurança, tanto para o bairro como para a própria favela, visto que, para *pacificar*, o poder armado e o conflito de “guerra” continuam a ser a lógica.

13 Cf. MORADORES de Copacabana protestam contra mudança do ponto final do 474, *O Globo*, 04 jan. 2016. [online]. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boq/post/moradores-de-copacabana-protestam-contramudanca-do-ponto-final-do-474.html>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

Ademais, o aparato técnico e os dispositivos empenhados para a construção de uma política de segurança pública direcionada a uma “integração” pautada na coordenação da gestão de diversos órgãos para alcançar um maior controle e vigilância sobre tais territórios e tais populações, como a lógica do *novo urbanismo militar* (GRAHAM, 2010) propõe, são parte do modelo inovador dessas políticas, pois trazem, como linha de frente, as parcerias privadas e com o terceiro setor na implementação de projetos e programas públicos. Este novo modelo, atualizado a partir de projetos e programas de segurança, intensifica-se pois o potencial *inimigo urbano* favelado e pobre é também uma ameaça à economia neoliberal formal, dadas as suas desregulações e informalidades. Dessa forma, as forças de segurança estatais e corporativas se interessam não apenas por policiar (através da produção de uma sensação de segurança), mas também, com frequência, lucrar com as relações entre os dois lados, o público e o privado. Assim, a partir de tais políticas e parcerias, a favela – e, de forma mais ampla, a cidade – é (re)construída como mercado e mercadoria, recebendo diversos novos olhares e interesses nas agendas pública e privada, onde a segurança pública, através da coerção das polícias, é apenas uma das vertentes responsáveis, portanto, por abrir cada vez mais os caminhos para as redes de mercado. É o que se pode analisar, por exemplo, a partir dos novos programas integrados de segurança, como o programa *Segurança Presente* e o programa *Rio Mais Seguro*, inaugurados ou fortalecidos em um momento de fragilidade política e fracasso de gestão pública sobre a segurança, que ampliam a militarização dos territórios em novas concepções de segurança pautadas

por uma determinada camada social em renovação de suas redes de políticas.

### Operações "Segurança Presente" e as redes de cooperação

Novos setores da sociedade – mesmo que já participantes do projeto anterior de *pacificação* – atuam de forma empreendedora e autônoma na tentativa de resolução de conflitos, em uma mesma lógica neoliberal de integração de interesses e dispositivos, porém, para além das políticas de *pacificação* assim compreendidas e territorializadas nas favelas do Rio de Janeiro. Iniciativas como o programa *Segurança Presente* – antes Operação (RIO DE JANEIRO, 2015) –, em atuação desde 2015 em algumas áreas estratégicas da cidade do Rio de Janeiro, continuam a demonstrar que a técnica integrada de ação é o modelo das novas políticas de racionalidade neoliberal sobre a cidade. *Integração*, neste sentido, está intrinsecamente relacionada não à integração de territórios ou populações a partir de políticas públicas de acesso a bens e serviços, mas de poderes e setores em um mesmo objetivo, como um modelo de gestão (técnica) integrada. Com estas inovações nos programas de ação de governo no Rio de Janeiro, tal integração pode ser analisada, como bem apontam Daniel Hirata e Bruno Cardoso (2016), a partir da *coordenação como técnica de governo* da ordem urbana e da segurança pública na cidade, ou seja, a partir da centralidade da coordenação, entre diversas agências, atores ou níveis de atuação, na composição das políticas e programas. A ação estatal depende de sua capacidade de criar e manter estabilizada e funcionando uma composição entre diversos atores e níveis, direcionados a um determinado objetivo. Neste novo programa *Segurança Presente*

te, a coordenação aparece como um fator central à tentativa de efetivar seus objetivos, mobilizando uma multiplicidade de elementos e agenciando uma pluralidade de atores heterogêneos para construí-la e mantê-la.

Em um modelo de vigilância para além da política de *pacificação*, o programa *Segurança Presente* foi incentivado pelo empresariado, por um contrato inicial de dois anos, ao ser bancado pelo Sistema Fecomércio, em convênio com o estado<sup>14</sup>. Nasceu, primeiramente, no âmbito da Secretaria de Estado de Governo, juntamente com a Operação Lei Seca, foi transferido, em 2016, para a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (RIO DE JANEIRO, 2016) e hoje segue em parceria também com a prefeitura, e mais diversos órgãos que atuam coordenados em sua ação: polícia militar, polícia civil, comando militar do leste, guarda municipal, secretarias municipais de Ordem Pública, de Desenvolvimento Social, de Conservação, de Transportes, Comlurb, o Centro de Operações Rio (COR), da prefeitura, e o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), do estado. O programa, que tem como objetivo combater pequenos delitos e cooperar na segurança pública em locais estratégicos, conta com a participação de policiais militares da ativa e da reserva e agentes civis egressos das Forças Armadas, assim reconhecidos como “agentes”<sup>15</sup>, e já atua, não mais em áreas de risco como as favelas, mas em áreas de interesse da cidade, como o Centro, o Méier, a Lapa, o Aterro do Flamengo e a Lagoa, procurando expandir-se para Tijuca e Le-

blon, áreas nobres com intensa demanda pela sociedade civil.

Tal programa, portanto, se faz desvinculado institucionalmente das políticas de segurança pública até então implementadas e nasce a partir da sociedade civil organizada e de seus setores de empresariado. Por este motivo, inclusive, o ex-secretário de segurança, José Mariano Beltrame, em exercício no momento da sua criação, teve críticas à sua formulação baseada em convênio com a Fecomércio sem haver consulta à pasta já em atuação no âmbito da segurança pública. Em comissão realizada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), em 2015, pouco depois do anúncio do programa *Segurança Presente*, Beltrame se pronunciou da seguinte forma:

Realmente não fomos consultados. Só tomei conhecimento dele no dia do anúncio oficial. Pode ajudar? Pode. Vejo como uma vigilância privada. Assim como um vigilante de shopping ajuda. Mas esse ônus virá da sociedade, que vai ter que pagar a conta depois. O contrato custa xis, e quando terminar vai ter que pagar mais xis por isso. Além disso, o programa não trabalha em cima da mancha criminal (onde há maior incidência de crimes). Quem paga, leva. (RJ MONTOU, 2015)

Ou seja, até mesmo entre os órgãos assim compreendidos como dentro dos mesmos interesses – a saber, a ordem social e a segurança pública –, é perceptível a disputa pelo controle da segurança da cidade do Rio de Janeiro, incluindo a cada vez

14 Cf. PEZÃO diz que a operação 'Segurança Presente' vai continuar no Rio. *O Globo*, 03 maio/ 2017. [online]. Acesso em: 12 dez. 2018.

15 Somavam-se, apenas no Centro Presente, 528 agentes de segurança, 66 bicicletas, 27 motos e 15 carros e vans, até início de 2018.

maior inserção dos setores privados não apenas em seu financiamento, mas também em sua formulação. A disputa pauta-se pela concepção do que é a segurança pública e as demandas por uma segurança privada. Porém, como é demonstrado, o seu projeto corre o risco de se mostrar também inseguro, ao menos em sua realização e continuidade, visto que depende de interesses financeiros – para além de sua importância como política de governo e direitos do cidadão. Apresentado como “efeito colateral” do programa *Segurança Presente*, policiais da Polícia Militar, por exemplo, preferem atuar no projeto privado a fazer hora extra no Batalhão, pois o programa, em seu financiamento, garante um melhor pagamento, em contratos assinados pela Secretaria de Governo<sup>16</sup>. Ou seja, o programa, neste sentido, criado para auxiliar as corporações oficiais, vem trazendo mais problemas na disputa pelo seu controle.

Hirata (2012) analisa um outro caso em que tal modelo de coordenação reorganiza os papéis dos órgãos de segurança em atuação, como o caso da Operação Delegada, aprovada em 2010 na cidade de São Paulo, por meio de um convênio firmado entre o governo do estado de São Paulo, por meio da polícia militar, e a prefeitura municipal, por meio da Coordenadoria de Subprefeituras, que permitia que policiais em dias de folga trabalhassem até 96 horas por mês para a prefeitura, ganhando uma

gratificação extra pela municipalidade. O que o autor chamou de “gambiarra jurídica” feria a divisão constitucional dos papéis de cada órgão de controle, diluindo as especificidades das atribuições de fiscalização em prol da ampliação do espaço de atuação da PM ao abrir uma nova cena do controle social urbano – por exemplo, no controle do comércio ambulante, em São Paulo, e na produção de “cidades securitárias”, como pretende-se fazer em relação à guarda municipal, no Rio de Janeiro, como será explanado mais adiante.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, o programa *Segurança Presente*, dependente de estabelecimento e renovação de contratos, teria como planejamento a atuação em apenas dois anos. Nesse período de atuação, as estatísticas de sua eficácia, segundo os dados de criminalidade, foram positivas aos olhos de seus formuladores: até agosto de 2016, os seus agentes haviam efetuado 2.076 prisões, sendo 1.225 por posse e uso de entorpecentes, e cumpriram 162 mandados de prisão. Também foram conduzidas à delegacia 61 pessoas por porte de arma branca e 7 por porte de arma de fogo, 74 por roubo e 135 por furto; em parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, foram realizadas 553 ações de acolhimento a moradores de rua<sup>17</sup>. Tais resultados, portanto, garantiram a continuidade do convênio Prefeitura-Estado-Fecomércio, sendo prorrogado, pelo menos, até 2018<sup>18</sup> – mesmo que, devido

16 Cf. EFEITO colateral: programa 'Segurança Presente' causa diminuição no efetivo. *Extra*, 29 nov. 2017. [online]. Acesso em: 12 dez. 2018.

17 Cf. O QUE É a operação Centro Presente. *Diário do Rio*, 29 ago. 2016. Disponível em: <<http://diariodorio.com/entenda-operacao-centro-presente/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

18 Cf. SEGURANÇA Presente é prorrogado até final de 2018. *O Dia*, 22set. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-09-22/seguranca-presente-e-prorrogado-ate-final-de-2018.html>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

à atual crise do estado, não haja possibilidade de contratação de novos policiais, o que leva à reabertura da parceria com as Forças Armadas da União<sup>19</sup>. E, de fato, as redes de cooperação têm sido o principal aspecto em crescimento quando se trata da área de segurança pública.

Nas áreas que envolvem os bairros de Copacabana e Leme, o *Segurança Presente* faz parte ainda do imaginário da sociedade civil como forma de boatos, não havendo ainda qualquer planejamento para a sua implementação nestes bairros. Há, nos Conselhos Comunitários de Segurança, constante demanda por uma política de segurança que atenda aos bairros de Copacabana e Leme com maior vigilância e controle, como propõem o programa *Segurança Presente*, por exemplo. Segundo o então presidente do Conselho, porém, o projeto *Segurança Presente* seria muito caro, custando em torno de 8 milhões de reais por mês, e não haveria, até aquele momento, o interesse de nenhum empresário em financiá-lo para Copacabana – apesar dos boatos de que a Rede Copa D’Or<sup>20</sup> estaria procurando investir neste propósito. Ao mesmo tempo, conforme propostas apresentadas no Plano Estratégico 2017-2020, anunciado pelo então prefeito Marcelo Crivella, as áreas em questão, pela proximidade com a orla, seriam prioritárias para um novo projeto de segurança,

lançado em 2017 pela prefeitura.

### **Rio Seguro e Vigilante: as Guardas Municipais e o poder de polícia**

O mais recente exemplo de redes de cooperação na disputa e configuração da segurança pública do *Rio de Janeiro* é o projeto *Rio Seguro e Vigilante*, slogan da atual administração municipal, anunciado pelo então prefeito Marcelo Crivella no seu Plano Estratégico 2017-2020<sup>21</sup>, lançado no terceiro mês de prefeitura e responsável por traçar os planejamentos e metas para os três anos de governo. O Planejamento Estratégico consagrou-se como política de governo para gerenciar a eficiência e eficácia das administrações municipais depois de empossadas, buscando garantir continuidade nas políticas. Tendo seus interesses fixados desde sua apresentação, a prefeitura reafirma as parcerias já iniciadas ao dar importância ao “esforço de cooperação” do governo, mobilizando os técnicos e representantes das secretarias e órgãos envolvidos, além dos secretários em conexão direta com o prefeito. Desta forma, um coletivo de gestores, organizados em *think tanks*, ou como apresentado no Plano Estratégico 2017-2020, em uma “usina de ideias, um laboratório de pesquisa, coordenação e consolidação de planos e iniciativas de governo” (RIO DE JANEIRO, 2017a, p. 9), é responsável por dar suporte à administração na elaboração

<sup>19</sup> Cf. PEZÃO DIZ que a operação 'Segurança Presente' vai continuar no Rio. G1, 03 maio 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pezaao-diz-que-a-operacao-seguranca-presente-vai-continuar-no-rio.ghtml>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

<sup>20</sup> A Rede D’Or atua desde 1977 e compreende um conjunto privado de hospitais que atende os principais estados brasileiros, em municípios como Rio de Janeiro e São Paulo. Em sua unidade no bairro de Copacabana, a rede conta com o hospital Copa D’Or e a clínica Copa Star, com serviços padrão 5 estrelas. Desta forma, a rede se torna referência no atendimento hospitalar de ponta, entre outros incentivos de serviço, proporcionando reconhecimento para o bairro e seus arredores.

<sup>21</sup> RIO DE JANEIRO (Município). *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017-2020 – Rio 2020: mais solidário e mais humano*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2017.

e gestão de políticas, compatibilizando o Plano Plurianual (PPA) e o Plano Diretor (2020-2030) da cidade do Rio de Janeiro.

Entre as diretrizes e metas, portanto, para este governo, o grande foco está na proposta do *Rio Seguro e Vigilante*, que se pretende a cobrar das autoridades federais e estaduais suas responsabilidades sobre a segurança pública e ordem social, porém, em sua inovação, pretende cada vez mais colaborar com elas, investindo nas políticas preventivas que combatem pequenos delitos, em um novo aspecto de governança local. Em suas diretrizes, ancoradas no Plano Estratégico 2017-2020 como de “dimensão social”, estão:

- a) priorizar a promoção da cidadania e inclusão social como forma preventiva de segurança; b) construir uma política de segurança pública focada na proximidade, na cidadania e na vitimização; c) assegurar uma dinâmica do uso do espaço público que garanta a sensação de segurança da população, incluindo parques, pontos turísticos e escolas; d) garantir o fortalecimento da Guarda Municipal por meio do aperfeiçoamento da gestão, capacitação específica e articulação com as demais esferas do governo. (RIO DE JANEIRO, 2017a, p. 110).

Com esta iniciativa, posta como prioridade de governo, a prefeitura se lança como mais um poder de polícia ao buscar fortalecer a Guarda Municipal na

prevenção e combate à criminalidade, para além das suas atribuições relativas à ordem pública e patrimonial<sup>22</sup>. Desta forma, mais uma vez, se faz necessário delimitar a quem combater e o que prevenir, administrando, portanto, a própria sensação de segurança por meio de mais uma vertente da militarização ou policialização da cidade, de acordo com interesses bem específicos e novas territorializações. É o que se pode observar nas metas então estabelecidas para o programa:

- i) reduzir em 50% os índices criminais de baixa letalidade na orla da cidade do Rio de Janeiro, até 2020; ii) manter 80% dos guardas municipais do efetivo disponível em policiamento comunitário e vigilância ostensiva da cidade (extramuros) diariamente, até 2020; iii) implantar 24 Unidades de Proximidade da Guarda Municipal (UPGM), transformando as Inspetorias da Guarda Municipal (IGM) e Unidades de Ordem Pública (UOP), até 2020; iv) criar o Fundo Especial de Ordem Pública (Feop), até 2018, para incrementar a Política da Guarda de Proximidade da cidade do Rio de Janeiro; v) ampliar em 1.160 o número de câmeras de vigilância do município até 2020, sendo 160 do município e 1.000 de parcerias com a iniciativa privada; vi) expandir para 100% o sistema de cerco eletrônico das faixas de trânsito, até 2019. (RIO DE JANEIRO, 2017a, p.111).

Superando os limites territoriais de um *inimigo urbano* localizado em periferias e

<sup>22</sup> A ampliação das atribuições das Guardas Municipais é uma tendência relativamente antiga nas capitais brasileiras, e não somente no Rio de Janeiro, como apontam, por exemplo, os artigos de Patrício (2008), Misse e Bretas (2010) e Kopittke (2016). Porém, recentemente, no município do Rio de Janeiro e também em seu vizinho, Niterói, tal debate tem sido pontual nas Câmaras Legislativas, ampliando-se para a prefeitura do Rio, como demonstra este programa em atuação. Cf.: EM CONSULTA pública, população de Niterói vota contra armamento da Guarda Municipal. *O Globo*, 30 out. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/em-consulta-publica-populacao-de-niteroi-vota-contrarmamento-da-guarda-municipal-22007975>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

favelas da cidade, o combate à *violência urbana*, medida pela sensação de segurança dos moradores de alguns bairros, passa a se concentrar no maior controle e vigilância destas mesmas áreas, a saber, os bairros nobres e de classe média localizados, por exemplo, na zona sul. Ao privilegiar a atuação da guarda municipal – como um novo poder de polícia – nas orlas do Rio de Janeiro, fica clara a que camada social se pretende atender: as camadas médias. Da mesma forma, está cada vez mais fortalecida a parceria com a iniciativa privada na implementação de políticas, podendo ser, mais uma vez, observada a partir da criação do Fundo Especial de Ordem Pública (FEOP) e do incentivo à instalação de mais mil câmeras de vigilância pela cidade, junto com o empresariado e a sociedade civil organizada, por exemplo.

A utilização de câmeras de vigilância como dispositivo estratégico de controle e tecnologia de governo ganhou grande repercussão com a criação do Centro de Operações Rio (COR), da prefeitura, em 2009, inicialmente para o mapeamento de desastres ambientais e questões meteorológicas, que, como parte da Secretaria de Ordem Pública (SEOP), se esforçou a buscar objetivos de ordem pública, por meio de eficácia institucional na resolução de conflitos (HIRATA; CARDOSO, 2016). Já o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), do governo do estado, foi criado como dispositivo sociotécnico de apoio ao funcionamento e gestão dos megaeventos, em 2013, e hoje centraliza o planejamento e o acompanhamento das ações de segurança pública e defesa civil, reunidos sob a rubrica da defesa social (HIRATA; CARDOSO, 2016), com representantes de diversas agências e instituições, públicas ou

privadas, de forma coordenada e colaborativa. Ao firmar ainda mais a produção de uma cidade securitária (HIRATA, 2012), a prefeitura do Rio de Janeiro se propôs a gerenciar cada vez mais vigilância privada em busca de incentivo à segurança pública – cada vez mais capilarizada pelos interesses de mercado – sob a égide constante do combate à *violência urbana*, por todos os meios. Ademais, a aprovação de parte da sociedade comprova que a troca de liberdades civis por uma demanda de ordem e segurança é um caminho que pode ser trilhado politicamente, ou seja, que pode ter resultados econômicos e eleitorais expressivos.

É o que se observa através da implementação do projeto *Monitora Rio*, anunciado no Plano Estratégico 2017-2020 como parte do programa *Rio Seguro e Vigilante*. O *Monitora Rio* busca ampliar o foco do Centro de Operações Rio (COR) para o monitoramento estratégico da segurança pública, de modo a permitir maior presença de guardas municipais no COR, bem como viabilizar a implantação de novas soluções voltadas para o monitoramento da segurança pública (RIO DE JANEIRO, 2017, p.116). Desta forma, a guarda municipal estará contemplando a vigilância da cidade a partir do acesso a mecanismos mais eficazes de identificação e coordenação de ações, visto que também será possível integrar as informações sobre ocorrências da Secretaria de Segurança à plataforma de gestão urbana do COR.

No reforço a esta gestão integrada da segurança pública, está também o programa de incentivos ao programa *Segurança Presente*, de parceria da Fecomércio com o governo do estado, que, nesta fase, elegeu

a orla carioca como ponto de maior relevância de lazer e de turismo. A política de incentivo ao programa foca, portanto, no pagamento de bonificação, pela prefeitura e suas parcerias, aos agentes de segurança pública estadual e municipal em atuação, através do atingimento de metas de redução da criminalidade nas regiões da orla da cidade, prestabelecidas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública. Esta é responsável pela apuração, reestruturação e manutenção do programa *Segurança Presente*, estendendo-o às regiões da orla, de forma sazonal (RIO DE JANEIRO, 2017a, p.112). Desta forma, a prefeitura se insere na política de segurança pública, em sua disputa também pela cidade.

Para posicionamento na disputa pela cidade, portanto, através da construção de suas parcerias e atingimento de suas metas, a prefeitura adota, como uma de suas prioridades, o redirecionamento do foco da guarda municipal (GM-Rio). Como parte do programa *Rio Seguro e Vigilante*, o projeto *Segurança Cidadã* visa redirecionar a GM-Rio para, além de cuidar da desordem pública, do trânsito e das instalações físicas de próprios municipais, atuar de forma mais proativa nos locais tidos como de maior incidência de roubo de rua e furto de veículos, onde possa agir preventivamente, contribuindo para a re-

dução desses indicadores e ampliando a sensação de segurança dos cidadãos. Dessa forma, a prefeitura incentiva, juntamente com o Fundo Especial de Ordem Pública (FEOP), mais uma parceria com a iniciativa privada e a sociedade civil. Essa parceria visa pagar adicional a agentes e aumentar o efetivo da GM-Rio com a arrecadação de multas e doação de empresas<sup>23</sup>, a capacitação em Policiamento Comunitário, em Instrumento de Menor Potencial Ofensivo (Impo) e em Sistemas de Rádio Comunicação (SRC), bem como busca revitalizar e construir Unidades de Proximidade da Guarda Municipal (UPGM).

A partir das diretrizes então anunciadas pela prefeitura por meio do Plano Estratégico 2017-2020 e de um novo papel para a guarda municipal, em outubro de 2017, na Câmara de Vereadores, o vereador Marcelo Arar (PTB) propôs o projeto *Rio Mais Seguro* (RIO DE JANEIRO, 2017b)<sup>24</sup>, apoiado pelo prefeito Marcelo Crivella e pelo secretário de ordem pública, Paulo César Amêndola<sup>25</sup>, ex-coronel da polícia militar e da guarda municipal, responsável por criar o Batalhão de Operações Especiais (Bope) – que agora atua na administração pública municipal, reverberando os planos de militarização técnica da gestão pública, como aponta Daniel Hirata (2012), no caso de São Paulo. O

23 Cf. PREFEITURA estuda a criação de fundo para aumentar efetivo da Guarda Municipal. *O Dia*, 6 fev. 2017. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2017-02-06/prefeitura-estuda-a-criacao-de-fundo-para-aumentar-efetivo-da-guarda-municipal.html>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

24 Cf. Projeto municipal de segurança vai começar por Copacabana e pode se estender a outros bairros, *O Globo*, 20 out. 2017 [online]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/projeto-municipal-de-seguranca-vai-comecar-por-copacabana-e-pode-se-estender-a-outros-bairros.ghtml>>.

25 Paulo César Amêndola, desde 1974 responsável por operar as ações de repressão da Polícia Militar, na época da ditadura civil-militar, fez parte do Grupo de Operações Especiais (Goesp), da Polícia do Rio, sendo agente da repressão na ditadura e responsável pela captura de muitos guerrilheiros, e hoje, é referência no planejamento e gestão de políticas de segurança.

princípio do projeto se assemelha muito ao do projeto *Segurança Presente*, pois se baseia em pagar agentes de segurança de folga para que eles reforcem o policiamento em determinados locais, assim definidos como estratégicos. A diferença é que em vez de policiais militares e reservistas, serão PMs e guardas municipais de folga a atuar nestas áreas. Como zona prioritária e laboratório para a implementação do projeto, o bairro de Copacabana (com extensão ao Leme), na Zona Sul do Rio de Janeiro, foi o primeiro contemplado, em 3 de dezembro de 2017<sup>26</sup>, sob a supervisão do coronel Paulo César Amêndola. A justificativa para a escolha foram a proximidade do *réveillon*, sendo um bairro de entrada para os turistas, e o aumento nos índices de criminalidade nos últimos meses. O objetivo, portanto, é o combate à criminalidade, a pequenos furtos e delitos, acolhimento dos moradores de rua e ordenamento urbano. Em uma avaliação de apenas duas semanas de atuação, o projeto *Rio Mais Seguro* teve ações que resultaram na fiscalização de cerca de 600 estabelecimentos e 600 ambulantes, 1.100 podas de árvores e 80 acolhimentos à população em situação de rua<sup>27</sup>.

Sob o legado, portanto, da *integração*, dos órgãos e dos setores, o Fórum de Segurança, incentivado no início de 2017, propõe estar ativo em todas as áreas de fluxo da cidade, da Zona Sul à Zona Norte, como uma iniciativa em parceria com o Gabinete de Gestão Integrada Municipal

(GGIM), responsável pela ordem pública, na secretaria do coronel Amêndola, apresentando um novo plano de segurança abrangendo toda a cidade. Este plano salienta ainda mais o esforço para que a guarda municipal assuma papel da prevenção, demandando capacitação e treinamento, com gerenciamento a partir de dados e estatísticas de criminalidade e regiões divulgados pelo Observatório da Segurança Pública, em parceria com a prefeitura, utilizando dispositivos técnicos de georreferenciamento e vigilância que podem estar no celular de qualquer cidadão, ao ser, assim, acompanhado pelo Centro de Operações Rio. Dessa forma, os dados também produzidos pelo COR e pelo CICC agora serão aperfeiçoados a partir de seu uso na segurança pública, com acesso irrestrito ao controle e à vigilância de toda a população pelas polícias e pela guarda. Ao ampliar esta vigilância, o seu coordenador também propõe um projeto interligado com as câmeras dos prédios de bairros específicos, gerando cada vez mais controle sob o pretexto de maior efetividade na ação.

Como laboratório deste projeto, os bairros de Copacabana e Leme se posicionaram na liderança estratégica de um novo programa de governo que atualiza a disputa pela cidade e pelas políticas de segurança pública. Nesta análise, através da implementação de novos programas e projetos de segurança para, especificamente, a cidade do Rio de Janeiro, é possível observar a

26 Cf. EQUIPES do Rio + Seguro começam a atuar em Copacabana e no Leme. *O Globo*, 3 dez. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/equip-es-do-rio-seguro-comecam-atuar-em-copacabana-no-leme-22144079>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

27 Cf. RIO+SEGURO registra mais de 600 abordagens a suspeitos e 19 prisões em duas semanas. *G1*, 17 dez. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/rioseguro-registra-mais-de-600-abordagens-a-suspeitos-e-19-priso-es-em-duas-semanas.ghtml>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

operacionalização de parte das demandas das camadas sociais organizadas em Conselhos Comunitários de bairro quando da construção de suas redes de interesses e de políticas. A proposta de policialização, militarização e securitização da cidade implementada em bairros da Zona Sul, por exemplo, representa um anseio de parte da população por meio da reivindicação de sua sensação de insegurança, e ademais, representa o alinhamento da participação destas camadas em proposição e incentivo a novas redes de políticas em parceria com a sociedade civil, o terceiro setor e o empresariado.

### Considerações finais

Neste novo contexto de disputa pela cidade e pela solução do “problema da segurança pública”, novos dispositivos são reivindicados, no aperfeiçoamento de uma gestão que traz uma inserção ainda maior do mercado nas decisões que deveriam ser, por regra, públicas. Estas táticas e estratégias mobilizadas pelas diferentes esferas apontam, ademais, formas e práticas através das quais o próprio estado está, constantemente, sendo esperado, experimentado e (re)construído. Com o aperfeiçoamento da ideia de *gestão integrada* na organização do setor público, o remodelamento de programas e políticas passa também pela profissionalização técnica dos representantes dos órgãos de governo, como a polícia militar e a guarda municipal, a partir de um conjunto de ações coordenadas que procuram securitizar a cidade por meio de estratégias de controle e vigilância cada vez mais tecnológicas e integradas. É o que mostram, mais uma vez: os programas *Rio Mais Seguro* e *Linha Direta PM*, por exemplo. O primeiro busca ampliar a atuação da guarda municipal, que se pre-

tende, agora, responsável pela prevenção de crimes e pelo controle da ordem urbana em parceria com a polícia militar. A proposta inclui o armamento da GM-Rio e o seu acesso ilimitado às informações produzidas pelos centros de comando e controle COR e CICC, da prefeitura e do estado, respectivamente, para comandar e atuar em bairros sensíveis ao interesse da cidade, como Copacabana e Leme. Já o aplicativo *Linha Direta PM*, também através de mapeamento e georreferenciamento de áreas cadastradas como mais sensíveis e estratégicas, como a Barra da Tijuca, o Recreio, Copacabana e Leme, pretende reconhecer chamados especificamente localizados. Assim, busca-se ter maior proximidade da sociedade civil do asfalto (visto que o mapeamento não se estende às “áreas de risco” das favelas), com a polícia militar no atendimento de seus chamados. Essa medida fora adiantada pelo comando do 19º Batalhão da Polícia Militar de Copacabana e Leme, ao criar WhatsApp específico da Polícia para contato com os moradores destes bairros, como dispositivo de diálogo, estreitando ainda mais as relações e, portanto, os interesses.

Assim, a caracterização das favelas como territórios da violência urbana e a então necessidade de delimitação e militarização destes territórios e de seus moradores, especificamente, para resguardar a sociabilidade de seu entorno de camadas médias, não mais basta para o atendimento das demandas crescentes por controle e segurança deste setor, sob o que se entende a respeito da ordem pública. Para se sentirem “seguros” de fato, as camadas médias dos bairros de Copacabana e Leme, por exemplo, preferem priorizar e privatizar uma militarização que esteja ordenada em seu

próprio território, por meio de um controle cada vez mais ostensivo das polícias, juntamente com a nova guarda municipal, e uma vigilância cada vez mais técnica, em modelo de gestão integrado, e tecnológica, no uso de novas tecnologias e dispositivos. Portanto, neste caso – para além das favelas –, há uma tendência de privatização de interesses públicos, em disputa, e uma constante securitização (HIRATA, 2012) dos espaços urbanos da cidade através do discurso de assegurar determinadas áreas de transtornos e desordens causados ainda, é claro, pelos “indesejáveis” favelados, mas também pelos pobres em geral, identificados como “moradores de rua”, “camelôs” e moradores de periferias distantes. Assim, a partir das propostas dos moradores de Copacabana e Leme aqui analisadas, a segregação socioespacial seria também renovada, pelo afastamento de tais indivíduos e grupos que não teriam direito ao acesso à cidade – e, especificamente, ao bairro – e pelos interesses tensionados entre as redes de mercado e a coerção das polícias ao atualizar a figura do *inimigo urbano* (GRAHAM, 2010).

A partir dos resultados, das problematizações e dos questionamentos produzidos por este artigo, é possível observar, portanto, como a racionalidade neoliberal está comandando a produção de um novo

modelo de cidade, no reordenamento das relações entre os diversos órgãos e setores, estando a construir há, pelo menos, uma década, programas de políticas de segurança militarizada no Rio de Janeiro responsáveis por reforçar as desigualdades sociais. Ocorrem, nesse sentido, a categorização de indivíduos a serem direcionados e atendidos, a cada novo interesse – e a intensa segregação socioespacial, que delimita territórios e populações com acesso à cidade e a seus mais abrangentes direitos. Desta forma, o debate sobre uma nova agenda de política de segurança pública em meio às tensões e aos conflitos de interesses públicos e privados na gestão da segurança e da sensação de segurança é atualizado. Com a policialização de áreas em colaboração com a sociedade civil organizada – neste caso, as camadas médias urbanas – e suas redes de políticas em propostas de privatização da segurança, e a então demarcação de inimigos já há muito vitimados pela sequência de instáveis políticas públicas, a ampliação e o alinhamento de um debate público a respeito dos problemas de ordem social tornam-se cada vez mais necessários. Esse debate deve contar, em disputa, com a participação de toda a cidade, principalmente, os pobres e os favelados, em uma construção democrática e justa de cidadania e respeito.

### Referências Bibliográficas

DARDOT, Pierre; & LAVAL, Christian. **A nova razão de mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Rio de Janeiro: Boitempo, 2014.

ELIASOPH, Nina. “Close do Home”: The Work of Avoiding Politics. **Theory and Society**, v. 26, n. 5, Oct. 1997, pp. 605-647.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração – o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, mai./ago. 2012, pp. 194-222.

GRAHAM, Stephen. **Cities Under Siege**. Londres: Verso, 2010.

GRAHAM, Stephen. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, Daniel. A produção das cidades securitárias: polícia e política. **Le Monde Diplomatique Brasil**, edição 56, 7 de março de 2012. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/a-producao-das-cidades-securitarias-policia-e-politica/>>.

HIRATA, Daniel; HIRATA, Daniel; \_\_\_\_\_; CARDOSO, Bruno. Coordenação como Tecnologia de Governo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 97-130, jul./dez. 2016.

KOPITKE, Alberto. Guardas Municipais: entre a tentação da tradição e o desafio da inovação. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 10, n. 2, p. 72-87, 2016.

LEITE, Márcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana; CARVALHO, Monique. (Orgs.). **Militarização no Rio de Janeiro**: da pacificação à intervenção. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2018.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. \_\_\_\_\_. "Violência urbana", segurança pública e favelas – o caso do Rio de Janeiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 288-300, maio/ago. 2010.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Márcia Pereira; FRIDMAN, Luis Carlos. **Matar, morrer, 'civilizar'**: o 'problema da segurança pública'. Rio de Janeiro: IBASE/Action Aind-Brasil/Fundação Ford, 2005. (Relatório do Projeto MAPAS). Disponível em: <<http://ibase.br/pt/>>.

MISSE, Michel; BRETAS, Marcos Luiz. **As guardas municipais no Brasil** – diagnóstico das transformações em curso. Rio de Janeiro: Booklink, 2010.

PATRÍCIO, Luciane. Guardas Municipais brasileiras: um panorama estrutural, institucional e identitário. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, v. 2, p. 68-71, 2008.

POLYCARPO, Clara. **Os 'inimigos urbanos' de um novo projeto de cidade**: atualizando as representações coletivas das camadas médias do Leme "pós-pacificação". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 45.475, de 27 de novembro de 2015. Institui programa de estímulo operacional (PEOp) para as operações realizadas no âmbito da Secretaria de Estado de Governo, autoriza a convocação para serviço ativo voluntário de policiais militares da reserva remunerada e dá outras providências. **DO**, Rio de Janeiro, 30 nov. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Decreto nº 45.629, de 12 de abril de 2016. Transfere as Operações Lei Seca, Lapa Presente e Segurança Presente da Secretaria de Estado de Governo para a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, no poder executivo do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **DO**, Rio de Janeiro, 13 abr. 2016.

RIO DE JANEIRO (Município). **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2017-2020** – Rio 2020: mais solidário e mais humano. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio, 2017a.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 43979, de 27 de novembro de 2017. Fica instituído o projeto piloto do Rio Mais Seguro e dá outras providências. **DO**, Rio de Janeiro, 27 nov. 2017b.

RJ MONTOU programa de segurança privada sem consultar Beltrame. **Veja**, 9 dez. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/brasil/rj-montou-programa-de-seguranca-privada-sem-consultar-beltrame/>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ROSE, Nikolas; MILLER, Peter. **Governando o presente**. São Paulo: Paulus, 2012.





**FÓRUM BRASILEIRO DE  
SEGURANÇA PÚBLICA**